Despacho (extracto) n.º 4432/2009

Por despacho de 23.01.2009 do Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:

Gabriel Nascimento Alves Nunes, Inspector de nível 1 da carreira de Investigação e Fiscalização — designado em comissão de serviço, pelo período de três anos renováveis, com efeitos a partir de 27.01.2009, para o cargo de Chefe da Delegação Regional de Portalegre, nos termos do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16.10, dando-se por finda a sua comissão de serviço no cargo de Chefe da Delegação Regional de Évora.

29 de Janeiro de 2009. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho n.º 4433/2009

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2009, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de Nascimento
Ismar Felício de Matos	18-02-1972
Noemilde Paes Ribeiro	06-03-1974
Viviane Zanetti Becalli Gogge	11-12-1972
Carlos Augusto Moura Brocca	18-09-1985
Fabricio Candido Araujo da Silva	24-10-1981
Ronaldo Espigaroli Medeiros	28-09-1977
Adair Mendes Cunha	24-04-1966
Claudia Fernanda Moreira Santos	07-01-1974
Lucimeire Costa de Oliveira Zwang	10-03-1983
Edna Sampaio Naziozeno	20-09-1967
Jose Evaristo da Silva	14-10-1966
Jose Gentil Alves Ferreira	08-06-1968
Elidalva de Jesus Gonçalves Amaral	02-05-1979

30 de Janeiro de 2009. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 4434/2009**Lista n.º 157/08**

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Janeiro de 2009, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Aginaldo de Paula	03-02-79
Wender Andrade dos Santos	08-03-85
Ana Paula Messias dos Anjos	13-06-80
Maria Cristina Gomes de Souza	12-04-68
Eliel Belmiro dos Reis	19-04-69
Rosemar Pereira Nunes	14-03-68
António Carlos Jorge Barbosa	26-01-65
Aroldo Marcelino dos Santos	01-12-72
Nelio Augusto Ferrete	07-11-79
Samuel João Silva	26-10-52
Diná Eugenia Fagundes da Silva	25-05-54
Anderson Feliciano da Silva	22-01-83
Vandelino Litig	13-03-54

30 de Janeiro de 2009. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 4435/2009

Por despacho de 27-01-2009, do Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Maria Idalina Marquez Maio Conceição Rodrigues, técnica superior, do mapa de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras — designada em comissão de serviço pelo período de três anos renováveis, no cargo de Chefe de Núcleo de Controlo Orçamental, nos termos do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16.10., com efeitos a partir da data do despacho.

30 de Janeiro de 2009. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Secretaria-Geral****Despacho (extracto) n.º 4436/2009**

Por despacho n.º 78/2009-SEAP, de 14 de Janeiro de 2009, do Secretário de Estado da Administração Pública, ao abrigo da competência delegada no Despacho n.º 17553/2008, publicado em DR, 2.ª série, de 30 de Junho:

Fernando de Carvalho Gonçalves, Motorista de Ligeiros, afecto à Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, na situação de mobilidade especial, autorizado a passar à situação de licença extraordinária, pelo período de 5 (cinco) anos, com início a 16 de Janeiro de 2009, nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

27 de Janeiro de 2009. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Despacho n.º 4437/2009

Considerando a conclusão, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008, dos processos de fusão e de reestruturação encetados na sequência da entrada em vigor da nova Lei Orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril, determinada a sua estrutura nuclear, constante da Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, e flexível, por meus despachos de 21 de Maio de 2007 e 17 de Dezembro de 2008, proferidos ao abrigo do estatuto no artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e na alínea f) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, dentro dos limites fixados na Portaria n.º 557/2007, de 30 de Abril, importa proceder à nomeação dos dirigentes intermédios de 2.º grau, com vista a operacionalizar a estrutura orgânica do serviço;

Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau são recrutados de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam os requisitos previstos no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 7 de Abril, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, designadamente, licenciatura e quatro anos de experiência profissional na carreira técnica superior, com o perfil, experiência, conhecimentos e formação adequados, nos termos dos artigos 11.º e 12.º do mesmo diploma, devendo, aqueles que não sejam possuidores da formação específica prevista naqueles dispositivos legais e na Portaria n.º 1141/2005, de 8 de Novembro, frequentar o correspondente curso nos dois primeiros anos de exercício de funções;

Considerando que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, com observância de todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do artigo 27.º do diploma supra referido, nos casos de impedimento e ausência do titular ou, como se verifica, em caso de vacatura do lugar;

Considerando que o licenciado Luís Alves Pardal, técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, reúne todas as condições para o exercício das funções, sendo detentor do perfil, da experiência e dos conhecimentos adequados, como sobressai da sùmula curricular em anexo ao presente despacho, porquanto é licenciado em Direito, com mais de 8 anos de experiência profissional relevante na carreira técnica superior;

Designo, ao abrigo do disposto nos artigos 11.º, 12.º, 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30

de Agosto, o técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, licenciado Luís Alves Pardal, para, em regime de substituição e com efeitos a 01 de Janeiro de 2009, exercer o cargo de Chefe de Divisão de Serviços de Aprovisionamento Centralizado da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

29 de Janeiro de 2009. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Síntese curricular — Luís Alves Pardal

Data de nascimento — 27 de Dezembro de 1955.

Habilitações literárias: Licenciatura em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa, em 1990;

Pós-graduação em Direito da Medicina pela Universidade de Coimbra, em 2001.

Percurso Profissional:

Carreira de Técnico Superior — desde 01/06/2000;

Carreira Administrativa — de 04/05/1990 a 01/06/2000.

Síntese das actividades:

Secretaria-Geral do Ministério da Justiça:

Desde 15/11/2005 até à data, elaboração de pareceres e colaboração na execução dos procedimentos de compras agregadas desenvolvidos pela Unidade de Compras.

No Hospital de S. Francisco Xavier:

De 01/04/2003 a 14/11/2005 coordenação do Serviço de Aprovisionamento e Armazéns Gerais;

De 1/10/2002 a 31/03/2003 coordenação do Gabinete Jurídico e de Contencioso;

De 01/06/2000 a 01/10/2002 elaboração de pareceres e processos nas áreas dos serviços jurídicos e de contencioso;

De 04/05/1990 a 01/6/2000, actividade administrativa nas áreas de aprovisionamento, gestão de stocks e património.

Formação profissional: várias cursos designadamente nas áreas de compras públicas electrónicas, regras e técnicas de contratação pública, negociação, organização administrativa das compras, despesas na contratação pública, organização do trabalho e gestão do tempo, gestão conflitos, reflexão estratégica e gestão de equipas entre outras.

Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça

Direcção de Serviços de Administração, Gestão e Informática

Declaração de rectificação n.º 364/2009

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 13 de Janeiro de 2009, o Aviso (extracto) n.º 1106/2009, rectifica-se que onde se lê «Miguel José de Sá Pães», deve ler-se «Miguel José de Sá Paes».

26 de Janeiro de 2009. — A Directora de Serviços, *Maria João Castro*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho (extracto) n.º 4438/2009

Por despacho de 20.01.2009, do Senhor Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.:

Licenciada Ana Cristina Ferreira Fernandes Cardoso dos Reis, técnica superior, em regime de contrato de trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado, do mapa de pessoal do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., foi designada, em regime de substituição, Coordenadora do Sector de Avaliação do Departamento de Recursos Humanos deste Instituto, cargo de direcção intermédia de 2.ª grau, com efeitos a contar da data do referido despacho, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º e artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas)

28 de Janeiro de 2009. — O Director de Departamento, *Luís Miguel Santos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I. P.

Despacho n.º 4439/2009

Considerando que, através da Portaria n.º 394/2008, de 05 de Junho, foi definida a organização interna e a estrutura nuclear dos serviços da Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P., abreviadamente designada ARH do Tejo, I.P., nomeadamente foi criado o Departamento Financeiro, Administrativo e Jurídico e fixadas as respectivas competências;

Atendendo que através do despacho do Presidente da ARH do Tejo, I.P., de 12 de Dezembro, foi criada no âmbito daquele departamento, a Divisão de Administração e Recursos Humanos e importando assegurar a sua coordenação, por forma a garantir não só a sua rápida consolidação, como também o seu regular funcionamento, visando a boa prossecução das competências que lhe estão cometidas;

Considerando que, a licenciada Sónia Carnoto Pacheco, possui os requisitos legais exigidos, bem como o perfil profissional devido para o lugar a prover;

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Administração e Recursos Humanos, da ARH do Tejo, I.P., a técnica superior Sónia Carnoto Pacheco, do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, nos termos dos artigos 20.º e 27.º, ambos, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção que lhe veio a ser dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro

O presente despacho produz efeitos à data de 9 de Janeiro de 2009.

30 de Janeiro de 2009. — O Presidente, *Manuel Lacerda*.

ANEXO

Nota relativa ao curriculum académico e profissional da licenciada, Sónia Carnoto Pacheco

Curriculo académico:

Licenciatura em Gestão e Administração Pública, especialização em Gestão de Recursos Humanos e em Planeamento e Controlo de Gestão, e formação de pós-graduação em Gestão e Administração Pública pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Curriculo profissional:

Técnica superior do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

De 14 de Dezembro de 2007 até à presente data, exerceu funções, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe de Divisão de Administração e Recursos Humanos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), para as quais foi nomeada por despacho do Presidente da CCDRLVT.

De 01 de Maio a 13 de Dezembro de 2007, exerceu funções, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Administração e Recursos Humanos, da CCDRLVT, para as quais foi nomeada por despacho do Presidente da CCDRLVT, de 11 de Maio de 2007, com efeitos reportados a 01 do mesmo mês e ano;

Em 01 de Abril de 2005, por despacho do Presidente da CCDRLVT, foi nomeada em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Administração da CCDRLVT, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, tendo exercido as correspondentes funções até 30 de Abril de 2007.

Em 15 de Julho de 2003, por despacho do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, foi nomeada, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Direcção de Serviços de Administração do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) Ministério dos Negócios Estrangeiros, funções que exerceu até Março de 2005;

Em 31 de Outubro de 2002, por despacho do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, foi nomeada, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Administração da Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, tendo exercido as correspondentes funções até 15 de Julho de 2003;

De Abril de 2001 a Outubro de 2002 iniciou funções em regime de requisição, enquanto técnica superior de 1.ª classe na Divisão de